

SÉRGIO AMAD COSTA

O Congresso, na semana passada, energeticamente repudiou a corrupção. Porém, agora deve mostrar a cara sobre o que pretende, de verdade, para a nossa



economia. Será o corporativismo que falará mais alto? Serão os interesses pessoais? Ou serão as ambições de poder dos partidos políticos? Basta ser um pouco disso tudo para que tenhamos, definitivamente, um País falido.

Ora, para modernizar a nossa economia, muita coisa precisa passar pelo Congresso, como, por exemplo, o tão esperado ajuste fiscal, a reformulação do sistema portuário, a concessão dos serviços públicos. E isso é apenas um começo. Porém, é aí que nós veremos o quanto há de empenho da parte dos deputados e senadores para melhorar nossa condição econômica.

Em outras palavras, o ex-ministro Marcílio Marques Moreira estava determinado a sustentar um programa que, em linhas gerais, levava o País a se aproximar do estado de espírito predominante nas nações do Primeiro Mundo. O fim do protecionismo vem contribuindo para "acordar" as empresas aqui instaladas. Reintegramo-nos à comunidade financeira internacional, procurando respeitar regras e compromissos. Adotamos, também, uma política antiestatizante, visando reduzir o gigantismo do Estado e sua intervenção na economia.

Pois bem, o fato é que a corrupção precisava acabar, mas o programa econômico, na sua essência, não. Entretanto, se não ficarmos atentos, sofreremos um brusco rever-

tério na caminhada da busca pela modernidade. Já há por aí discursos e mais discursos contra o liberalismo, acusando o ex-ministro Marcílio de se ter voltado mais para questões externas do que internas. Prega-se, com isso, o não pagamento dos compromissos internacionais.

É isso aí. Querem começar tudo de novo e pelo caminho errado. Parece até que não vêem como os nossos países vizinhos resolveram o problema da dívida e conseguiram sair da miséria econômica. Não conseguem enxergar que, enquanto o Brasil não deixar de ser mau pagador, ficará nessa situação de isolamento total quanto aos investimentos estrangeiros.

Há também, agora, uma disposição, da parte do governo, de submeter ao Congresso as privatizações ainda não definidas. Caso seja aprovada essa medida, a desestatização, que já vem devagar, quase parando, certamente não acontecerá no Brasil, devido aos interesses corporativos de boa parte dos congressistas.

Ora, além da esquerda radical e da esquerda festiva, há também muitos tecnocratas em Brasília que, embora não declarem publicamente, não estão interessados em assis-

tir ao fim do gigantismo estatal: as oportunidades inconfessáveis, os salários e os cargos aumentam proporcionalmente ao crescimento da intervenção do Estado na economia. E, vale lembrar, há muita sintonia entre cargos em estatais e congressistas em Brasília.

Alguns setores do empresariado nacional também não ficam de fora nisso. Sustentam-se mediante o gigantismo estatal, beneficiando-se de favoritismos, vendas de matérias-primas e congêneres para a produção estatal, muitas vezes em áreas que deveriam pertencer apenas ao campo privado. E por isso não hesitam em fazer lobby no Congresso para defender a estatização.

O Congresso deu uma lição de civismo, tomando posição contra a corrupção. Mas vamos ver como os seus integrantes se comportam na votação das medidas econômicas. Antes estavam avançando vários projetos de modernização, pelo fato de que a maioria dos deputados e senadores não se afinava com o presidente. Mas, agora, se a lentidão permanecer, qual será a desculpa?